

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Apesar da crise, papéis da Vale fecham em alta em NY	2
Título: Levy quer reduzir papel do BNDES na infraestrutura	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Acidente da Vale é uma história a ser contada	5
Título: Brumadinho, Flamengo, Angra: e o bom senso?	6
Título: Em meio a dúvida de investidor, Vale destaca credenciais de novo presidente	8
VEÍCULO: O Globo	9
Título: É preciso haver uma nova Vale	9
Título: Não deu sorte	11
Título: Multas ambientais diminuem no governo Bolsonaro	12
Título: Vale substituiu empresa que não certificou barragem	14
Título: Ações da Vale sobem nos EUA após troca de presidente	15
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: Energia limpa ganha espaço	16
Título: Qualidade do ar depende de menos emissões	18

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 05/03/2019****Seção: Economia****Autor: Fernando Nakagawa****Título: Apesar da crise, papéis da Vale fecham em alta em NY**

Saída do comando da empresa contaminou início do pregão e ações caíram até 5%, mas fechamento foi em alta

Os recibos de ações (ADR) da Vale negociados em Nova York reduziram gradualmente a tendência negativa observada desde o início da manhã de ontem e passaram a operar em alta no fim da tarde. Após perder mais de 5% na abertura do pregão, o ADR fechou em alta de 0,24%, a US\$ 12,42.

Logo na abertura dos negócios em Wall Street, o ADR registrou fortes perdas com a notícia publicada durante o fim de semana de que o presidente da mineradora, Fabio Schvartsman pediu afastamento temporário do cargo e foi substituído interinamente por Eduardo de Salles Bartolomeo. Outros três diretores da Vale também fizeram o mesmo pedido. O mercado de ações doméstico só deve repercutir a saída de Schvartsman no pregão de amanhã. Ontem e hoje a Bolsa de Valores de São Paulo segue fechada por conta do feriado de carnaval.

Uma das notícias positivas para o papel veio do banco JPMorgan, que revisou o cenário para o mercado de minério de ferro. A instituição financeira prevê que, após a tragédia de Brumadinho, a produção da Vale deve cair de 400 milhões de toneladas para montante entre 347 milhões e 360 milhões de toneladas em 2019/2020.

Com essa menor produção da Vale e expectativa de demanda melhor na China, a previsão para o preço da tonelada do minério no mesmo período subiu de US\$ 65 a US\$ 70 para intervalo entre US\$ 70 e US\$ 77. Ou seja, a produção da Vale poderá cair até 13,2%, mas o preço do minério aumentará até 18% em relação ao cenário inicialmente previsto pelo JPMorgan.

Substituto. Em comunicado, a mineradora informou que a escolha de Bartolomeo para o cargo seguiu o processo sucessório de acordo com o plano de interinidade previamente discutido pelo Conselho de Administração.

Bartolomeo possui experiência de 10 anos na Vale, já tendo exercido a posição de diretor executivo de Logística, Operações Integradas de Bulk Commodities (minério de ferro, carvão e manganês) e, mais recentemente, como diretor de Metais Básicos. Foi também membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e do Comitê de Governança, Conformidade e Risco da Vale entre

2016 e 2017, acrescentou a companhia. O executivo passou pela AmBev, entre 1994 e 2003.

O afastamento da direção da Vale se deu após pressão da força-tarefa (Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual de MG e Polícia Federal) que investiga o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que deixou 186 mortos e 122 pessoas desaparecidas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/03/2019

Seção: Economia

Autor: Vinicius Neder/RIO

Título: Levy quer reduzir papel do BNDES na infraestrutura

Atuação do banco seria de prestação de serviços para estruturar projetos de concessão e coordenar fontes de financiamento privado

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deu início, no último sábado de fevereiro, a um ciclo de três reuniões internas, sobre o papel da instituição no financiamento aos investimentos em infraestrutura. Desde que foi anunciado como presidente do BNDES, em novembro passado, Joaquim Levy vem colocando a infraestrutura como prioridade de sua gestão, mas até agora não há uma definição mais clara sobre qual será o tamanho desse papel.

Quarto presidente do BNDES desde a saída do PT do governo federal, Levy assumiu o banco em meio a um processo de mudança no planejamento estratégico, que reduziu seu tamanho a pouco menos da metade. A dúvida é se a redução vai parar onde está ou se continuará. Os desembolsos para financiamentos à infraestrutura ficaram em R\$ 30,8 bilhões no ano passado, quase um terço do pico de R\$ 88,8 bilhões de 2014.

Publicamente, Levy não desfez a dúvida sobre qual será o tamanho do BNDES na infraestrutura. Reservadamente, tem sinalizado para um tamanho menor, já que a atuação na infraestrutura seria a de “prestador de serviços”, para estruturar projetos de concessão e coordenar as fontes de financiamento, que teriam origem no setor privado, conforme duas fontes ouvidas sob condição do anonimato.

O ciclo de três reuniões com os técnicos sobre infraestrutura teria esse papel. Cerca de 100 funcionários foram selecionados por sua expertise nos assuntos e receberam o convite individualmente – eles foram divididos em três encontros com 30 funcionários. As próximas reuniões serão nos dias 16 e 23 deste mês, sempre num hotel da zona sul do Rio.

O papel de “prestador de serviços” do BNDES já havia sido sinalizado, durante a campanha eleitoral, por Fábio Abrahão, sócio da consultoria Infra Partners, integrante da equipe que fez o programa de governo de Jair Bolsonaro. A ideia, defendida pela ala liberal da equipe econômica, que divide a área de infraestrutura com a ala militar do governo, é que o investimento privado, com destaque para os estrangeiros, cuidará das melhorias em rodovias, ferrovias e o sistema elétrico. A estratégia é aumentar a segurança jurídica para atrair o capital privado.

“A restrição de financiamento não é a mais importante”, disse o consultor Cláudio Frischtak,

“Temos condições de reciclar investimentos. Nosso plano é trazer isso como possibilidade de investimento para investidores institucionais, de tal maneira que a gente vai aliviando nossa carteira, abrindo espaço para novos investimentos.” Joaquim Levy

PRESIDENTE DO BNDES

sócio da Inter. B, que defende, para o BNDES, o papel de coordenar e estruturar os projetos de concessão em infraestrutura. Nesse caso, o valor dos desembolsos para infraestrutura seria menos importante.

Segundo Frischtak, o banco deveria apoiar, com crédito, os investimentos em saneamento básico e mobilidade urbana, atuando só como coordenador das concessões em rodovias, ferrovias e linhas de transmissão, entre outras infraestruturas – mas falta uma sinalização mais clara dessas prioridades.

Crédito. No último dia 26, Levy deu mais uma sinalização de redução dos financiamentos. Sem citar valores, ele disse, em evento do banco BTG Pactual, que quer mudar a atuação do BNDES nas concessões. Uma ideia é emprestar na fase das obras, início dos investimentos, quando os aportes de capital – e o risco – são maiores. Passada essa fase, o banco transformaria o crédito em títulos para serem vendidos ao mercado, atraindo recursos privados.

Para o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Júlio Gomes de Almeida, quando a recuperação da economia der impulso aos investimentos em infraestrutura, a demanda por crédito aumentará. E se o BNDES tiver atuação tímida, poderá faltar financiamento, travando o ritmo do crescimento. “O mercado vai no sentido de aumentar prazos, mas ainda é pouco”, disse, se referindo ao financiamento por meio de títulos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 05/03/2019****Seção: Tendências/Debates****Autor: Horácio Paiva****Título: Acidente da Vale é uma história a ser contada**

Pedir a cabeça do presidente é escolher culpado

Parte da diretoria da Vale acaba de ser informada pelo Conselho de Administração quanto à recomendação do Ministério Público, com atuação das polícias federal e civil, para seu afastamento imediato. Sábado seu presidente, Fabio Schvartsman, divulgou uma carta na qual apresentou seu pedido de afastamento temporário, e que espero de fato o seja.

Convivi com Fabio por seis anos, diariamente, e não tenho dúvidas em emprestar minha referência pessoal na defesa de um profissional de extraordinário caráter, padrão ético e capacidade profissional.

Meu coração, assim como de todos os brasileiros, está entregue às famílias enlutadas e ao meio ambiente destruído, mas isso não impede que não se possa fazer escolhas, a bem do que temos à frente. Um dos mortos foi um amigo pessoal.

Fabio e esta diretoria têm tido um empenho raro e invejável, que por outras razões acompanho de perto e de forma mais que atenta. Não posso imaginar equipe melhor para enfrentar estes momentos, não só por suas qualidades intrínsecas, mas igualmente pelas emoções que carregam na proximidade do acidente, estando, portanto, com um grau de dedicação e olhar amplo maior que qualquer outro novo grupo.

O Brasil tende a responder muitas questões com o fígado. Temos tido exemplos de linchamentos morais injustificáveis. É claro que culpados devem ser expostos, que o excesso de tolerância e impunidade nos asfixia, mas existe a Justiça, a investigação, a determinação de culpabilidade pela razão. Está mais do que na hora de em casos de dúvidas substituir possibilidades por certezas, opinião por precisão.

O acidente da Vale é uma história a ser contada, e não determinada. Pedir a cabeça de seu presidente, que não foi quem comprou a barragem, não a utilizou, e está no cargo faz dois anos, é sim aplacar com a medida um desejo compreensível de parte da sociedade, mas também é escolher um culpado, e ainda tirar sua permissão de fazer o que for possível neste momento.

Conheço sua atenção quantos aos riscos de uma companhia, e sei o quanto ele lida bem com crises. Perderá a Vale, perderão seus milhares de funcionários, muitos dos quais o apoiam, perderá a sociedade brasileira. E não me venham com acusações de escolher mercado, pessoas e a empresa antes do acidente e suas vítimas, quando o que propugno são a conduta e soluções na medida do que é possível diante de tal tragédia.

Ser dirigente da Vale neste momento, e isto vale também para o Conselho, não é prêmio, é carga, missão e encargo, e dos mais dramáticos deste país.

Não há razão, há política. Não há que esmorecer na busca do que aconteceu, por que e por quem, mas dentro de alguma racionalidade. A empresa tem agido com responsabilidade e sensibilidade, e tal atitude emana de seu Conselho, que deve manter seus brios, e seu presidente-executivo, que ao contrário de outras épocas, pessoalmente se apresenta e lidera a crise. Deixem essa turma, que sente e sabe, responsável por ajudar no que há de ser feito.

Podemos e devemos discutir a atividade, os controles, as culpas, o sistema. Mas agora, pelas famílias, Minas Gerais, seus entornos e o Brasil, permitam a essa turma trabalhar.

Horacio Lafer Piva

Ex-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), é membro do conselho da Klabin.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/03/2019

Seção: Opinião

Autor: Chico Whitaker

Título: Brumadinho, Flamengo, Angra: e o bom senso?

Inexiste a cultura de segurança em equipamentos

Tragédia em Brumadinho, três anos após Mariana. Desta vez foi mais duro: mais de 300 vidas perdidas. Causa, a mesma: descaso com a segurança em benefício do lucro. Onde ficam as vidas humanas na lógica do mundo econômico e político?

Nem bem identificados os responsáveis, a morte absurda de dez meninos em um centro de treinamento de futebol. E os 242 jovens da boate Kiss? E o incêndio do Museu Nacional, carbonizando a memória do país? Como sempre: falta de fiscalização, laudos ignorados.

Não temos no Brasil uma cultura de segurança em equipamentos coletivos. Com isso, é assustador o que pode acontecer com uma das invenções mais perigosas da humanidade, que importamos: as “chaleiras” para produzir eletricidade com energia nuclear, chamadas usinas nucleares. Temos duas, em Angra dos Reis. E estão programadas Angra 3 e algumas mais em outras regiões. Mas o projeto de Angra 3 é de 1977. Elaborado, portanto, antes de três acidentes com derretimento do reator, até então tidos como impossíveis —nos EUA (Three Mile Island), na então União Soviética (Chernobyl) e no Japão (Fukushima).

Em qualquer outro país seria obrigatório adequar o projeto às normas da Agência Internacional de Energia Atômica pós-1979. Para os que sofrem suas consequências, tais acidentes são catástrofes. A explosão de uma usina nuclear não se esquece no prazo de um luto: a radioatividade disseminada matará durante décadas ou séculos quem for contaminado. Esses acidentes, quando acontecem, só “começam”. Por centenas de anos será interditada a presença humana num vasto território em Fukushima e Chernobyl. E fora dele a leucemia matará meninos e meninas e nascerão crianças malformadas.

Em Angra 3, o bom senso fugiu para muito longe. Irresponsabilidade? Talvez insanidade, que nos espreita numa das bonitas praias do Sudeste. O drama poderá alcançar as duas maiores cidades do país, segundo determinem os ventos.

A Eletronuclear conseguiu em 2010 o licenciamento de Angra 3, com seu projeto obsoleto, engavetando um parecer de engenheiros de segurança e uma recomendação do Ministério Público Federal pela adequação do projeto.

Há informações imprecisas e duvidosas sobre supostas adequações. Mas cabe perguntar, por exemplo: o edifício do reator terá, como deveria, três vezes mais solidez do que o do projeto de 1977, para que resista a eventuais explosões?

Conluíus entre empresas e governos sempre existem. Em Fukushima, apesar das recomendações dos cientistas, o muro contra tsunamis ficou com somente quatro metros. A onda veio com 15 metros e afogou os equipamentos de segurança de quatro reatores nucleares.

Uma petição por uma auditoria de Angra 3 (change.org/usinanuclearnao) está correndo o mundo. Os milionários de Angra nem imaginam que podem perder suas mansões. Mas lá fora se sabe que acidentes nucleares não respeitam fronteiras.

A nuvem radioativa que saiu de Chernobyl cobriu toda a Europa. A água que resfria os reatores fundidos de Fukushima contamina o Pacífico.

Chico Whitaker

Arquiteto e urbanista e membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Joana Cunha SP

Título: Em meio a dúvida de investidor, Vale destaca credenciais de novo presidente

Eduardo Bartolomeo é o diretor-executivo mais experiente da empresa, diz mineradora

Para tentar acalmar o mercado após o anúncio do afastamento do presidente da Vale, Fabio Schvartsman, a mineradora divulgou comunicado nesta segunda-feira (4) ressaltando a trajetória do interino nomeado para o cargo, Eduardo Bartolomeo.

Na Bolsa de Nova York, as ADRs (recibo de depósito de ações) abriram em queda de 3% nesta segunda, mas fecharam com leve alta de 0,24%, a US\$ 12,42. Na mínima, atingiram US\$ 11,925 (-3,75%).

A notícia da troca de comando veio à tona no sábado (2), depois que o conselho de administração da Vale se reuniu para discutir sobre recomendação feita por Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais, Polícia Federal e Polícia Civil para que a empresa afastasse quatro membros da diretoria e mais dez profissionais.

Schvartsman e outros três diretores da mineradora, então, pediram afastamento temporário, enquanto são apuradas as causas e as responsabilidades pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

Segundo o comunicado da Vale, Bartolomeo, que acumula dez anos de experiência na mineradora, é o “diretor-executivo mais experiente da Vale” e sua escolha seguiu o processo sucessório, conforme o plano de interinidade discutido pelo conselho de administração da empresa.

O profissional assumiu seu cargo anterior na Vale, de diretor-executivo de metais básicos, há pouco mais de um ano, em janeiro de 2018.

Em 2017, ele foi diretor-presidente da NTS (Nova Transportadora do Sudeste), empresa de transporte de gás natural por gasodutos vendida pela Petrobras.

Antes, Bartolomeo já havia atuado na Vale, em cargos de direção. Na companhia, foi também membro do conselho de administração, dos comitês financeiro e de governança, conformidade e risco.

Entre outras empresas em que atuou, também teve passagem pela Ambev na década de 1990, onde chegou ao posto de diretor de operações, antes de deixar a empresa em 2003.

Bartolomeo foi diretor-presidente da empresa de hospedagem BHG (Brazil Hospitality Group) entre 2013 e 2015 e preside, desde abril de 2016, o conselho da Log-In Intermodal, empresa de movimentação de carga por cabotagem.

“Eduardo Bartolomeo, reconhecido por acumular experiências distintas e ao mesmo tempo conhecer o negócio da Vale, manterá um diálogo aberto e transparente com os diversos stakeholders da companhia”, diz o comunicado.

Ao ser realocado para a presidência da Vale, em seu lugar na diretoria-executiva de metais básicos fica, interinamente, Mark Travers, atual diretor jurídico, de relações institucionais e sustentabilidade de metais básicos.

Além de Schvartsman, os três executivos que pediram afastamento temporário da Vale foram: Peter Poppinga, diretor-executivo de ferrosos e carvão; Lucio Flavio Gallon Cavalli, diretor de planejamento e desenvolvimento de ferrosos e carvão; e Silmar Magalhães Silva, diretor de operações do corredor sudeste da Vale.

Claudio de Oliveira Alves, atual diretor de pelletização e manganês, ocupará interinamente a função de diretor-executivo de ferrosos e carvão, no lugar de Poppinga.

As outras substituições, de Cavalli e Magalhães Silva, ainda não foram anunciadas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: É preciso haver uma nova Vale

A queda de Fabio Schvartsman é condição necessária, mas não suficiente para começar a trabalhar por uma nova Vale. As duas tragédias foram tão devastadoras para o país e para a companhia que a reconstrução da imagem só será possível com uma mudança radical na mineradora. A Vale precisava de um

nome forte e significativo que iniciasse uma revolução de valores, atitudes e administração da empresa.

A licença do presidente, e sua substituição por pessoa da própria empresa, sem qualquer referência à necessária mudança, não reconstrói a reputação, nem encaminha a solução de qualquer dos inúmeros problemas nos quais a empresa continua soterrada. Em nota divulgada ontem, a Vale disse que a escolha de Eduardo Bartolomeo para diretor-presidente foi uma forma de trazer um “executivo sênior” para o comando. Mas ele ocupa o cargo interinamente.

A comparação é imperfeita, mas vamos lembrar a Petrobras. Atingida por casos de corrupção, por má gestão, interferência política, a empresa teve crise reputacional, alto endividamento e prejuízos. Houve um momento que não conseguia sequer fechar um balanço. Não adiantou trocar duas vezes de presidente. Foi preciso recomeçar com novos parâmetros, a partir da gestão de Pedro Parente. O processo ainda não terminou, mas a companhia voltou ao lucro e tem regras de conformidade mais rígidas.

A Vale provocou duas tragédias ambientais por não ter como fundamentais os valores da preservação do meio ambiente e até da vida humana entre seus parâmetros. O rompimento da Barragem de Fundão em Mariana poderia ter acendido todas as luzes vermelhas no painel corporativo.

Houve apenas a troca de presidente, depois que Murilo Ferreira foi se esvaindo em cada aparecimento público pela inépcia como lidou com o problema. Saiu sem prestígio e com os bolsos cheios de milhões de reais dados pela empresa pelo fim antecipado do contrato.

Fábio Schvartsman chegou com fama de midas. Transformara a Klabin e garantia que faria muito mais pela Vale. Em todas as manifestações públicas ele mostrou excesso de autoconfiança, como no dia em que garantiu, diante de um entusiasmado mercado financeiro, que a solução do caso de Mariana era exemplar.

Nunca foi solucionado o caso Mariana, e ele está na raiz de Brumadinho. Foi exatamente por não ter feito o que devia que a tragédia se repetiu. A empresa deveria ter seguido roteiro básico: rever todas as barragens, enfrentar, ao custo que fosse, a mudança de tecnologia de armazenagem nos velhos e novos depósitos de rejeitos, trabalhar como princípio da precaução em cada caso onde houvesse risco.

Além, é claro, de ter reparado os danos humanos e ambientais de Mariana, mostrando estar realmente comprometida com a mudança.

Pelos detalhes divulgados após Brumadinho se vê que a empresa fez a revisão das barragens, mas preferiu acreditar que jamais aconteceria o pior cenário. Foi capaz de manter nas proximidades, e na linha de risco, até seus funcionários. Deixou que instâncias inferiores detivessem informações essenciais para a tomada de decisão.

Criou uma entidade, a Renova, como forma de se distanciar do problema. A recuperação dos danos do desastre de Mariana passou a ser de responsabilidade da Renova, e a direção da Vale criticava a entidade como se não fosse parte do problema.

Será preciso muito mais do que foi feito até agora para a empresa começar a mudar de fato. Sua relação com o meio ambiente, do qual extrai seus produtos, tem sido predatória, seu descuido com a vida humana é criminoso. Essa é a principal mudança que precisará fazer.

O mercado financeiro tem um olhar peculiar. Quer saber de ativos e passivos, fluxo de caixa e cotação das commodities. A Vale perdeu agora o grau de investimento não pelos crimes que cometeu, mas porque tem um passivo potencial muito grande que pode reduzir sua rentabilidade no futuro. O valor da ação caiu quando o mercado quantificou esses danos e subiu diante da alta do preço do minério de ferro.

O mundo é muito maior que isso. E a mudança da Vale tem que mirar esse objetivo mais amplo e permanente: transformar sua relação com as comunidades nas quais atua, com o meio ambiente e com os rios. Se ela não mudar de fato, ela morre. Empresas deixam de existir quando não sabem reagir às grandes crises. A mudança tem que ir muito além da alteração de nomes ou novos truques de publicidade. É preciso um comando para a empresa que consiga fazer uma transição real para uma nova Vale.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Não deu sorte

A consultoria americana Spencer Stuart indicou dois nomes em 2017 para a presidência da Vale. Um deles foi Carlos Ghosn, empresário franco-brasileiro, ex-presidente do Grupo Renault-Nissan e hoje encarcerado no Japão.

O segundo foi Fabio Schvartsman, o ex-presidente da Klabin que está se afastando da Vale em meio à tragédia em Brumadinho (MG).

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/03/2019****Seção: País****Autor: Dimítrius Dantas****Título: Multas ambientais diminuem no governo Bolsonaro**

Número de autos de infração registrados por fiscais do Ibama é o menor dos últimos dez anos; nos dois primeiros meses do novo governo houve queda de 27,9% em relação a janeiro e fevereiro de 2018

Os dois primeiros meses do governo Jair Bolsonaro tiveram o menor número de autos de infrações ambientais para os meses de janeiro e fevereiro dos últimos dez anos. No primeiro bimestre de 2019, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) fez 1.139 autuações, 441 a menos do que no mesmo período de 2018. A queda foi de 27,9%, em comparação com o primeiro bimestre do ano passado. Historicamente, janeiro é um dos meses com menos autos de infração, em razão do excesso de chuvas na região amazônica.

Desde 2009, o número de multas vem caindo ano a ano. O governo Bolsonaro também foi o que registrou a maior redução em autuações ambientais quando se compara períodos de transições de governos, quando costuma diminuir o ritmo de alguns órgãos federais.

Em todas as transições, houve redução no número de autuações ambientais no primeiro mês dos novos presidentes. De FH para Lula, a queda foi de 29,4%, percentual semelhante ao registrado oito anos depois, quando Dilma Rousseff tomou posse. De Dilma para Michel Temer, a redução foi de 7,5%. Entre Temer e Bolsonaro, as autuações caíram 60%. O Ibama afirma que os dados do primeiro bimestre deste ano ainda podem ser atualizados em razão de problemas de sincronização, sobretudo os referentes a fevereiro. A "Folha de S. Paulo" mostrou a queda de multas ambientais ontem.

Em resposta ao GLOBO, o Ibama informou que as ações "executadas ou em execução no primeiro bimestre deste ano representam 91% das ações previstas para o período no Plano Anual Nacional de Proteção Ambiental", aprovado em dezembro de 2018. Ainda segundo o órgão, os números disponibilizados em seu site "podem não refletir a totalidade dos autos".

O instituto alegou, ainda, que o valor de multas aplicadas totaliza R\$ 439 milhões, "o que representa 94,57 % a mais que o total no mesmo período do ano passado". Sem realizar concursos públicos desde 2013, o Ibama pretende reiterar ao governo federal que precisa de autorização para repor 1.888 vagas. O número de agentes

de fiscalização caiu todos os anos desde 2010, com a exceção de 2016.

Os números dos últimos dois meses confirmam as promessas de campanha, quando o então candidato Jair Bolsonaro atacava o que ele chama de “indústria de multas” no Ibama. Segundo Bolsonaro, também ele alvo de uma multa ambiental por pesca irregular, os fiscais do instituto abusam de seu poder. Desde que assumiu, Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, tem reforçado esse discurso. Na

quinta-feira, 28 de fevereiro, Salles, numa medida inédita, exonerou 21 dos 27 superintendentes regionais do Ibama. No começo de janeiro, ele já havia provocado mudança no comando do instituto.

DESMATAMENTO EM ALTA

Especialistas ouvidos pelo GLOBO questionaram a redução das multas desde janeiro, já que os dados indicam um aumento do desmatamento. Entre agosto de 2017 e julho de 2018, o desmatamento na Amazônia

subiu 13,7%. Segundo integrantes do Ibama, a expectativa é de um crescimento ainda maior no segundo semestre do ano passado.

— No mês que aumenta o desmatamento, obviamente não tem uma detecção instantânea dos fiscais. Demora algumas semanas até chegar a fiscalização. Mas por que em janeiro, já tendo os dados anteriores, não aumentou a fiscalização? Seria o normal, apesar da troca de governo — afirma o advogado Raul do Valle, especialista em direito ambiental.

Valle, no entanto, afirma que, nos próximos meses, pode haver um aumento no número de autuações. Rodrigo Moraes, especialista em direito ambiental, pondera que é comum que a máquina pública, nos primeiros meses, se ajuste a um novo funcionamento.

— Os dados iniciais podem não representar o que virá a acontecer nos próximos anos. O primeiro ano sempre é um período de mudança, mudam-se nomes, equipes, forma de agir. É preciso esperar os primeiros 12 meses — diz.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO, no entanto, dizem que a retórica adotada pelo novo governo, a favor do afrouxamento da fiscalização, é um sinal dado aos que cometem infrações de que a impunidade irá aumentar. Para Valle, os posicionamentos recentes de Bolsonaro não ajudam a preservação.

—A retórica é o mais preocupante. Não é por acaso que o Brasil teve recorde na invasão de terras indígenas em janeiro. Muitos devem estar pensando que vale

a pena invadir uma área pública e depois barganhar. Essa é a lógica do governo que chegou —disse.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/03/2019

Seção: País

Autor:

Título: Vale substituiu empresa que não certificou barragem

Segundo jornal, auditoria francesa foi desligada após recusa em atestar segurança em Brumadinho

A mineradora Vale substituiu em setembro uma empresa de auditoria que se recusou a certificar como segura a barragem de rejeitos da mina do Córrego do Feijão, que se rompeu em 25 de janeiro deixando 186 mortos e 122 desaparecidos. A informação foi revelada pelo “Wall Street Journal” a partir de documentos produzidos pela força-tarefa que investiga as causas do desastre de Brumadinho.

A empresa de auditoria Tractebel, subsidiária da gigante francesa de energia Engie, foi substituída pela alemã TÜV Süd, de certificação, depois de os auditores terem se recusado a confirmar a estabilidade da represa, segundo a documentação que o jornal teve acesso. Depois da recusa, a TÜV Süd, que havia certificado a segurança da barragem em junho, assinou novamente a estabilidade em setembro.

É a primeira vez que há indicação de que a mineradora foi avisada sobre o risco de rompimento da barragem por uma empresa terceirizada.

Segundo o jornal, funcionários da Vale e da TÜV Süd sabiam com meses de antecedência das condições de risco na barragem de Brumadinho. A empresa alemã, contudo, certificou a segurança do local expressando preocupação em manter contratos com a Vale, considerada um grande cliente, segundo o jornal.

A força-tarefa que investiga o desastre de Brumadinho recomendou ao conselho da Vale na sexta-feira o afastamento do presidente da empresa, Fabio Schvartsman, e de outros 13 executivos da mineradora. Eles se demitiram no sábado. No documento, os promotores dizem acreditar que os executivos sabiam dos problemas na barragem. A Vale nega.

A Vale afirma que está cooperando totalmente com as autoridades que investigam o incidente em Brumadinho. Já TÜV Süd informou que colabora com as investigações, mas não detalhou como. Representantes da Tractebel não foram localizados para comentar a reportagem.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/03/2019****Seção: Economia****Autor: RENNAN SETTI****Título: Ações da Vale sobem nos EUA após troca de presidente**

Durante o pregão, papéis chegaram a cair quase 4% em reação à mudança de comando. Bolsa brasileira só volta a operar amanhã

No primeiro pregão após a troca na presidência da Vale, ocorrida no fim de semana, os recibos de ações da mineradora negociados em Nova York fecharam em alta de 0,24% ontem, cotados a US\$ 12,42. Em pregão volátil, os papéis abriram em queda de 3,7%, mas se recuperaram ao longo da sessão. Não houve negócios na Bolsa brasileira, que está fechada para o carnaval e volta a operar amanhã.

No último sábado, a Vale anunciou o afastamento do presidente Fabio Schvartsman. Ele será interinamente substituído por Eduardo Bartolomeo, que era diretor de Metais Básicos. A mudança ocorreu após pressão de autoridades por causa do desastre de Brumadinho (MG). A força-tarefa que investiga a tragédia recomendou o afastamento de Schvartsman e de outros 13 funcionários da mineradora. Três diretores também se afastaram até a conclusão das investigações.

Em nota distribuída a clientes, o Itaú BBA disse que o presidente interino pode assumir o posto permanentemente, “dado seu sólido currículo (...) e seu conhecimento sobre o setor minerador e a Vale.” Mesmo assim, a mudança causou certa cautela entre investidores.

— A última coisa que a Vale precisava era uma mudança no comando no momento em que ela precisa de estabilidade —disse Paul Gait, analista-sênior da Bernstein Investment. — O “timing” foi estranho. Não foi nem imediatamente após o acidente, nem quando já sabemos o que aconteceu.

Para analistas do Credit Suisse, o anunciado afastamento de Schvartsman não chegou a ser uma grande surpresa, o que não significa que as ações não sofram pressão: “ele (Schvartsman) foi considerado figura instrumental por trás da transição de governança corporativa da Vale para o Novo Mercado, estratégia de desinvestimento, foco no corte de custos, disciplina de investimento e discurso de ‘valor acima de volume’ que gerou externalidades positivas no mercado de minério de ferro”.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 05/03/2019**Seção:** Economia**Autor:** Simone Kafruni**Título:** Energia limpa ganha espaço

Como não é matéria, o fogo não tem um estado físico, mas mistura calor e luz, duas fontes de energia. No Brasil, a produção e o consumo de energia representam 19% do total de mais de 2,2 bilhões de toneladas de carbono equivalente (CO₂e) emitidos pelo Brasil por ano na atmosfera. O país é o 13º no ranking global de emissão, com 1,4% do total. O uso de combustíveis fósseis nos transportes e na indústria e a geração de eletricidade são as atividades que mais lançam gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global. Na última reportagem da série sobre sustentabilidade, o Correio aborda os desafios e as iniciativas para gerar e usar energia sem comprometer o futuro do planeta.

Apesar dos dados serem preocupantes, o Brasil tem uma localização geográfica privilegiada e poderia mitigar de forma quase completa as emissões causadas pelo uso e geração de energia. Além de ter umas das matrizes energéticas mais limpas, com alto aproveitamento hidrelétrico, o país tem vento e insolação suficientes para aproveitar essas fontes renováveis e se livrar de vez dos combustíveis fósseis. Pioneiro na produção de etanol de cana-de-açúcar, o país também está prestes a dar o devido valor ao biocombustível.

Potencial

O presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, Rodrigo Sauer, explica que a matriz energética brasileira é variada, mas o maior potencial é da energia solar, que poderia atingir 28 mil gigawatts (GW), se todas as melhores áreas do país fossem aproveitadas. “Isso representa 178 vezes a matriz elétrica brasileira, de 160 GW. Se for usada só a área construída, ou seja, os telhados de residências, a energia solar produziria 164 GW”, contabiliza.

O avanço da tecnologia, no entanto, depende da redução dos custos dos equipamentos, o que vem ocorrendo gradativamente — hoje, o valor é 17% do que era em 2010. “A energia solar fotovoltaica é a segunda mais barata do Brasil”, destaca Sauer.

Infelizmente, segundo o dirigente, o Brasil está 15 anos atrasado. “O Proinfa, programa de incentivo a fontes alternativas, deixou de fora a energia solar, incluindo apenas eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa. Isso atrasou o desenvolvimento dessa fonte”, lamenta. Por outro lado, o consumidor

não paga um centavo de incentivo para a energia solar, que tem outro tipo de estímulo: desconto no uso da linha de transmissão. “Mas é a que menos usa os linhões, porque, em geral, a produção fica próxima do consumo”, sustenta.

Sauaia assinala que, se a mesma área de Itaipu fosse usada com placas fotovoltaicas, a usina produziria duas vezes mais. “A tecnologia não emite gases poluentes. Não usa água para produzir, o que alivia os reservatórios e evita o impacto ambiental de alagamento causado pelas hidrelétricas. Não competimos com o uso múltiplo da água. Bastaria uma área do tamanho do município de Salvador para abastecer todo o país”, observa.

A mudança começou nas grandes empresas. Maior geradora privada de energia do Brasil, com capacidade instalada de 10 mil megawatts (MW), a Engie se antecipou à transição energética e está investindo em fontes renováveis. No segmento eólico, são 539 MW de capacidade instalada.

Outra aposta da empresa é na energia solar. A Engie tem duas usinas: a Solar Cidade Azul, em Tubarão (SC), com 3 MWp (megawatts pico), e a Central Fotovoltaica Assu V, no Rio Grande do Norte, com capacidade instalada de 30 MWp. “Com essa usina ampliamos nossa experiência no setor fotovoltaico e consolidamos nossa entrada definitiva na geração solar centralizada”, diz o presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini.

Biocombustíveis

Um dos grandes desafios para o cumprimento dos compromissos internacionais que o país assumiu, segundo Marcelo Augusto Boechat Morandi, chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente, é reduzir as emissões do setor energético. “O petróleo é a principal fonte primária da matriz energética brasileira, representando 39% de toda a energia ofertada e 71% das emissões de GEE do setor (em 2014)”, diz. Outras importantes fontes de energia de origem fóssil são o gás natural e o carvão mineral, que respondem por 17% e 6% do total de emissões de GEE, respectivamente.

A mudança das fontes de energia tem sido um desafio para pesquisadores e para a ciência, diz João Ricardo Almeida, chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Agroenergia. “A sociedade é baseada no fóssil, responsável pela poluição do ar e emissões, mas há muitas alternativas”, afirma. A biomassa é uma delas, apesar de provocar queima para gerar energia, utilizando bagaço de cana. “Quando o vegetal está crescendo absorve o CO₂. Isso não acontece com combustíveis fósseis”, explica.

Como a queima é o processo mais simples, é difícil provocar a mudança de paradigma, sobretudo, na indústria, detalha o especialista. “Porém, além da

troca de fonte ser viável, já é possível fazer uma desconstrução dos resíduos de biomassa para a fabricação de outros produtos, como plástico, evitando o uso de derivados de petróleo. Dá para usar todo o componente da biomassa e gerar a menor quantidade de resíduos”, afirma Almeida.

Em países da Europa, a produção de energia atingiu níveis de excelência, com o uso de biogás de lixo, diminuindo os resíduos e o impacto ambiental. O que sobra é usado como fertilizante. No Brasil, no entanto, foi desenvolvida uma tecnologia entre as melhores do mundo, mas é pouco usada, diz Almeida. “O etanol de cana, sob o ponto de vista energético, está entre os melhores biocombustíveis do mundo, porque a matéria-prima de baixo custo, com alta eficiência.”

Carbono

Com a aprovação do RenovaBio, os biocombustíveis passarão a ter o tratamento que merecem no Brasil. **Miguel Novato, diretor de Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME)**, assinala que o programa é a “primeira máquina nacional do mundo em captura de carbono”. A lei foi aprovada em 2017 e começa a funcionar em 2020. “Estamos certificando as usinas de biocombustíveis, seja quais forem — biogás, biodiesel, etanol, biogás de lixo, etanol de milho — para construir uma estrutura financeira e pagar pelo carbono retido”, explica.

Na prática, funciona assim: quanto menos a cadeia usar combustíveis fósseis e quanto mais capturar carbono no processo, mais créditos ganha. Quem produz e comercializa combustíveis fósseis, ao contrário, precisa comprar esses créditos, que serão negociados em bolsa.

“Diferentemente de energia solar ou eólica, no ciclo de vida, as plantas conseguem transformar o carbono em oxigênio por meio da fotossíntese. Então, um carro a etanol é mais ecológico do que o elétrico, a depender de como foi gerada a energia que abastece o elétrico”, compara Novato. A partir do RenovaBio, a estimativa do especialista é tirar 600 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera até 2029. “Vamos criar um mercado no qual quem emitir CO₂ precisará compensar e transferir essa compensação para as empresas que trabalham na retenção do gás”, afirma.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 05/03/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Qualidade do ar depende de menos emissões

Por receber um bombardeio de emissões de gases de efeito estufa (GEE), o ar perde qualidade dia após dia. Além da queima de combustíveis fósseis, a destruição de florestas deixa a humanidade em situação vulnerável diante das mudanças climáticas. Isso porque as árvores garantem a absorção de dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera, um dos responsáveis pelo aquecimento global.

A poluição do ar é uma realidade urbana, explica Rachel Biderman, diretora executiva do WRI Brasil. “O país já esteve avançado nesta área. Hoje, a legislação de qualidade do ar é de 1980 e precisa ser resgatada. Além disso, há uma deficiência grande no monitoramento. Mesmo que tenha lei, não tem fiscalização”, alerta.

São Paulo, com o ar mais comprometido do país, tem o melhor modelo de monitoramento e, mesmo assim, não mede todos os poluentes. “Temos políticas de controle da poluição veicular, industrial e existem normas do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente)”, diz Rachel. Em São Paulo, por conta da poluição do ar, as pessoas têm expectativa de vida de três a quatro anos menos do que no resto do país, revela.

Para Guarany Osório, coordenador do programa de Política e Economia Ambiental do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), o maior problema está no desmatamento, que elimina a captura do dióxido de carbono pelas plantas, mas setores como a indústria, a produção de energia e a agropecuária são relevantes emissores de GEE. “O Brasil tem compromissos internacionais de redução de emissão para depois de 2020; essa agenda terá de ser discutida agora”, diz.

O especialista explica que o mundo está cobrando eficiência ambiental. A demanda é maior por produtos de baixa emissão de carbono. “Para quem exporta, é importante olhar para sua cadeia, ver quanto está emitindo GEE. A regulação tem que entrar para fazer o comércio de carbono acontecer”, defende.

Fabiana Alves, da campanha de Clima e Energia do Greenpeace Brasil, lembra que, no Acordo de Paris, o Brasil se comprometeu a acabar com o desmatamento ilegal e a reduzir as emissões. “Infelizmente, em 2018, houve um aumento recorde do desmatamento, de 13,7%, em relação ao ano anterior. Isso significa que pouco tem sido feito”, destaca.

Quanto a outros setores, Fabiana afirma que as emissões totais do país aumentaram 32% de 1990 a 2016. “De acordo com o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) da ONU, para que não haja um colapso global, devemos manter o aquecimento da temperatura global abaixo

de 2 graus celsius. Isso significa que os países devem parar de emitir GEE e, além disso, devem sequestrar carbono. **(SK)**

MME / ASCOM .